



ORIENTAÇÃO SEXUAL E ABUSO SEXUAL INFANTIL: ESCOLA, FAMÍLIA E ISOLAMENTO SOCIAL

SEXUAL ORIENTATION AND CHILD ABUSE: SCHOOL, FAMILY AND SOCIAL ISOLATION

ORIENTACIÓN SEXUAL Y ABUSO SEXUAL INFANTIL: AISLAMIENTO ESCOLAR, FAMILIAR Y SOCIAL

Gabriella De Oliveira Dias¹
Jonê Carla Baião²

Resumo

O presente trabalho analisa como escolas e professores podem contribuir na prevenção de possíveis casos de abuso sexual infantil durante a pandemia da Covid-19. Através do currículo e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) apresentamos um debate sobre a importância da educação sexual nas escolas, evidenciando o tema através da narrativa de um caso de abuso sexual, sofrido na infância, por uma das autoras deste texto. Partindo dessa narrativa, entendemos que ela pode ser potencializadora como reflexão e ação na prática escolar. E dessa forma buscamos responder à seguinte questão: em tempos de isolamento social, com escolas e creches fechadas, como nós, professores, podemos minimizar e talvez contribuir, a distância, com as possíveis vítimas de abuso sexual infantil.

Palavras-chave: narrativa; abuso infantil; educação sexual na escola; isolamento social; currículo escolar

Abstract

This paper analyzes how schools and teachers can contribute to the prevention of cases of child sexual abuse during the Covid-19 pandemic. Through the curriculum and national Curriculum Parameters – PCN's - we present an on the importance of sex education in schools, highlighting the theme through a narrative of a case of sexual abuse, suffered in childhood, by one of the authors of the tex. Based on this narrative, understand that it can be potentiating as reflection and action in school practice. And is this way we seek to answer the following question: in times of social isolation, with school a nurseries closed, as we, teachers can minimize and perhaps contribute, victims of child sexual abuse.

Keywords: narrative; child abuse; sex education at school; social isolation; school curriculum.

Resumen

Este trabajo analiza cómo las escuelas y los docentes pueden contribuir a la prevención de posibles casos de abuso sexual infantil durante la pandemia de Covid-19. A través del currículo y los Parámetros Curriculares Nacionales - PCN's - presentamos un debate sobre la importancia de la educación sexual en las escuelas, evidenciando el tema a través de una narración de un caso de abuso sexual, sufrido en la infancia, por uno de los autores del texto. En base a esta narrativa, entiendo que puede ser un potenciador como reflexión y acción en la práctica escolar. Y de esta manera buscamos responder a la

siguiente pregunta: en tiempos de aislamiento social, con escuelas y guarderías cerradas, como los maestros podemos minimizar y quizás contribuir, a distancia, a las posibles víctimas de abuso sexual infantil.

Palabras clave: narrativa; abuso de menores; educación sexual en la escuela; aislamiento social; plan de estudios de la escuela.

Recepción: 03/07/2021

Evaluado: 18/12/2021

Aceptación: 07/03/2022

1- Introdução

O caso do abuso sexual sofrido por uma criança de 10 anos em 2020, no Estado do Espírito Santo, Brasil, repercutiu nos veículos de imprensa, nas redes sociais, nos aplicativos de conversa, na troca entre pares, na família e na sociedade. A reportagem exibida pelo Jornal Nacional no dia 15/08/2020, mostrou esse caso bárbaro:

A menina deu entrada em um hospital na cidade de São Mateus, norte do Espírito Santo, na semana passada. Ela sentia dores no abdômen. Um exame de sangue mostrou que ela estava grávida. A menina contou que era estuprada pelo próprio tio. A polícia investigou o caso e em menos de dez dias concluiu o inquérito. O tio da criança foi indiciado por estupro de vulnerável e ameaça.

Casos como o que aconteceu com essa criança infelizmente não são raros. No ano de 2018, dados do Ministério da Saúde apontavam que a cada uma hora 3 ou 4 crianças eram abusadas no Brasil, totalizando 32 mil casos, o maior número desde 2011. Em maio de 2020, fatos informados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), mostraram que, dos 159 mil registros atendidos pelo disque Direitos Humanos ao longo do ano de 2019, 11% foram de denúncias sobre o abuso infantil, algo em torno de 17 mil ocorrências. Não sabemos ao certo se houve uma diminuição nos casos entre os anos de 2018 e 2019, já que no atual governo do Presidente Jair Bolsonaro a articulação entre a sociedade civil e os órgãos governamentais não tem avançado em diálogos produtivos para combater o abuso sexual infantil de modo mais efetivo. Alguns programas foram extintos, entre eles o *Escola que Protege*, do Ministério da Educação.

Com a pandemia da Covid-19, doença ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) que afetou todo o mundo, a identificação do abuso sexual infantil pode agravar ainda mais, já que creches e escolas, públicas e particulares, estavam com as aulas suspensas. Essa suspensão foi uma das medidas de prevenção e isolamento social, seguindo as orientações e protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ao declarar uma pandemia, ficam mais evidentes os riscos que todos nós estávamos correndo, o que para D’Amaral (2020, p.14) significa “não há mais, em tese, vírus local; todo vírus tem vocação global, todo vírus é potencialmente pandêmico”.

A escola que sempre esteve com as portas físicas abertas, estava fechada, modificando a sua relação com os alunos no ensino-aprendizagem, mas também na sua relação social. Essa mudança estava nítida para nós professores, já que pensar a nossa realidade como duas professoras de rede pública, em tempos de pandemia, alterou a nossa prática reflexiva no “novo normal”. Essa realidade modificou a escola que conhecíamos, assim como aborda Nóvoa e Alvim:

Em 2020, tudo mudou. Com a pandemia, terminou o logo século escolar, iniciado a 150 antes. A escola, tal como a conhecíamos, acabou. Começa, agora, uma outra escola. A era digital impôs-se nas nossas vidas, na economia, na cultura e na sociedade, e também na educação. Nada foi programado. Tudo veio de supetão. Repentinamente. Brutalmente. (2021, p. 2)

Com fechamento das escolas e creches o vínculo com outros adultos, fora do núcleo familiar, ficou comprometido, o que poderia dificultar ainda mais na identificação do abuso infantil. Possivelmente uma das maneiras de perceber e denunciar o abuso acontecia dentro das escolas, principalmente pelos professores que poderiam observar mudanças no comportamento e marcas no corpo das crianças, através de um olhar atento e escuta sensível, sendo um aliado na rede de proteção e cuidado nos direitos das crianças e adolescentes. Segundo a cartilha de Saúde Mental e Atendimento Psicossocial na Pandemia COVID-19, do Ministério da Saúde em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), “evidências mostram que a violência e vulnerabilidade aumentam durante os períodos de encerramento escolar, associadas às emergências complexas, as quais aproximam-se das características da pandemia da COVID-19” (2021, p. 6).

Se as crianças estavam em casa, tendo contato frequente com o abusador, como protegê-las? Como nós, professores, podemos ajudar, mesmo à distância? Uma das respostas que nos parece ser mais assertiva é a educação sexual, em especial nos espaços e nos cotidianos escolares, já que ela se diferencia da educação sexual recebida pelos responsáveis. Conforme elucida Silva e Martins (2021) a respeito do senso comum acerca da educação sexual:

Nos últimos anos, a educação sexual ganhou reforço como uma prática que pode auxiliar na educação e informação sobre abuso e exploração sexual de crianças e jovens. Muitas campanhas educativas e relacionadas trazem formas de chegar ao atendimento de instituições que podem circunscrever a ‘proteção integral’ das faixas etárias mais vulneráveis.

A educação sexual ganhou destaque, talvez, na mesma proporção que o caso da criança relatado no início do texto. “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química. Esse é o objetivo da educação”, afirmou o presidente eleito Jair Bolsonaro numa coletiva de imprensa em 2018. A grande questão que permeia a discussão acontece porque uma parcela da população brasileira, e inclusive o Presidente Jair Bolsonaro acredita que a Educação Sexual seja ensinar a fazer sexo. Será que o objetivo da educação sexual nas escolas seja “ensinar” a fazer sexo ou ensinar o que é a Orientação Sexual? Será que ensinar o respeito ao corpo - aqui ressaltando o conhecimento e o funcionamento dos órgãos reprodutores - a permissão de quem deve ou não o tocar, as formas de contracepção existentes tanto para doenças sexualmente transmissíveis como de uma gravidez indesejada - seja ensinar a fazer sexo? Dessa maneira, quando algum sujeito articula que na escola ensinar Educação Sexual é ensinar a fazer sexo, ele está reproduzindo uma ideia, ou até mesmo uma ideologia, vinculada ao caráter conservador ou neoconservador da sociedade brasileira. Podemos afirmar que, contrapondo essa ideologia, os conhecimentos que emergem através da Educação Sexual dizem respeito a uma parcela de professores que estão “comprometidos com as tessituras de currículos pensados-praticados voltados a ressignificar as práticas cotidianas e a emancipação” Gonçalves (2019, p.10).

Para responder as perguntas que suleiam este trabalho nos baseamos no currículo educacional, e através dele, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no caderno de

Orientação Sexual. Assim, para Gonçalves, é preciso compreender que o currículo escolar pode ser um espaço de ultrapassar barreiras que limitam a prática dos professores "(...) sentimos a necessidade de compreender os currículos como documentos tecidos em redes de conhecimento e de subjetividades complexas, marcadas pela imprevisibilidade e pela provisoriedade constantes" (2019, p. 7). A educação sexual nas escolas faz parte dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), cujo objetivo é promover discussões e reflexões por parte da equipe pedagógica, dos professores e responsáveis, cujo foco é diferenciar dos ensinamentos no âmbito familiar. Além de garantir e respeitar os direitos das crianças, conforme acrescenta Ristum (2014, p.3) "a inclusão do artigo 227 na Constituição Federal de 1988, reconhecendo, pela primeira vez, a criança como sujeito de direitos, os quais deveriam ser respeitados e assegurados pela família, Estado e sociedade".

2- Metodologia

O presente trabalho trata de uma revisão bibliográfica a respeito da temática "abuso sexual infantil" e pandemia, dialogando no campo da educação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), onde, através do caderno Orientação Sexual, de caráter transversal, dispõe suas recomendações. Ao longo do texto traremos uma narrativa que pode contribuir para uma reflexão acerca da importância da educação sexual nas escolas, trata-se do relato de um abuso sexual sofrido por uma das autoras deste trabalho quando ainda era criança. Assim, elucidamos a arguição que pretendemos fazer, o que Benjamin (1985, p.198) chama de "experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores".

A escolha pela narrativa é por acreditar que somos todos narradores das nossas histórias de vida, assim como acrescenta Ferraço e Magalhães (2012, p. 6) "conversas e narrativas expressam as vivências e, sendo assim, tem como fonte a experiência. Depreende-se daí que têm potência para organizar em torno de si uma pluralidade de pensamentos concorrendo para constituição do projeto coletivo".

Acreditamos na potência provocativa de narrativas para, possivelmente, gerar reflexões, ações e ressignificações no cotidiano escolar:

Entendemos que as narrativas docentes são material privilegiado, tanto para a pesquisa como para o ensino, pois ao recuperar os sentidos das narrativas produzidas em certo contexto escolar, [...] nos permite construir e desconstruir experiências, provocar mudanças na forma como compreendemos o que fazemos, o que dizemos, a nós mesmos e aos outros. Por essa razão, narrar em espaços coletivos, [...] se configura como importante estratégia formadora numa perspectiva emancipadora, como defendia Freire. (Morais; Baião; De Freitas; 2020, p. 7)

A narrativa descrita no texto não tem a pretensão de gerar comoção ou fazer entender que o abuso sexual infantil pode ser "silenciado" pelos educadores. É uma tentativa de dar "força e forma" para o exercício reflexivo da nossa prática cotidiana, como professores mediadores que somos, e dessa maneira, acreditamos que a pesquisa nos/do/com cotidiano reflete bem o que pretendemos fazer, conforme contribui Ferraço e Alves (2015, p. 315):

Somos alguns poucos que, ao ousar "invadir" os cotidianos das escolas na tentativa de falar aos que ainda não se deram conta de que lá é lugar comum, repetição ou obviedade, acabaremos por decidir quais serão as "marcas dos

cotidianos a serem impressas em nossos textos. Então, precisamos assumir nossos limites não como problemas, mas como condições necessárias aos estudos “com” os cotidianos. Faz-se necessário entender a permanente condição de inacabamento e abertura em nossos textos.

3- Será mesmo que a educação sexual nas escolas é importante?

A temática educação sexual não é novidade, está presente em discussões no país desde o século XX, tem passado por algumas modificações. Inicialmente era tratada apenas para controle dos corpos de jovens e crianças, numa espécie de repressão, tanto por parte do Estado como pela Igreja. Além disso, também tinha um caráter para prevenção de doenças e higiene:

O desenvolvimento das práticas de educação sexual nas escolas começou no início do século XX, tendo como foco o controle epidemiológico. Na época, prevaleciam discursos que eram, em geral, repressivos, ancorados nos pressupostos da moral religiosa e reforçados pelo caráter higiênico das estratégias de saúde pública. (Furlanetto, 2018, p. 552)

Com esse controle e a crescente preocupação da sociedade com o aumento de casos de jovens infectados com doenças sexualmente transmissíveis e gravidezes precoces, movimentos sociais e principalmente o movimento feminista começaram a debater sobre o papel da escola na educação sexual. Foi no final da década de 1960 que o movimento feminista passou a reivindicar a maneira como eram postos os tradicionais arranjos sociais, não apenas protestando e conscientizando em espaços públicos, mas, também através de livros, jornais e revistas acerca do papel da mulher nas Ciências. Assim os estudos através de gênero “propunham uma virada epistemológica sustentada na desnaturalização e essencialização dos sexos”. Schucman (2012, p. 159).

O que as feministas buscaram, sendo contrárias aos privilégios na ciência, eram desconstrução e contestação a respeito do sistema de conhecimento. O movimento feminista do século XIX buscava a igualdade entre gêneros, questionando os privilégios que os homens tinham sobre as mulheres. Dentro do movimento feminista existem reivindicações por parte das mulheres negras que não são contempladas pelo discurso da universalidade feminina, já que na escala da opressão as mulheres brancas estão em situação de superioridade às mulheres negras, conforme elucidada Hooks (2013, p.167):

Significativamente, à medida que o movimento feminista progrediu, as mulheres negras e de cor que ousaram desafiar a universalização da categoria “mulher” criaram uma revolução nos estudos acadêmicos feministas. Muitas brancas que de início haviam resistido a repensar o modo com que as acadêmicas feministas falavam sobre a condição da mulher passaram a aceitar as críticas e a criar uma atmosfera crítica em que pudéssemos falar sobre os gêneros de maneira mais complexa e onde pudéssemos reconhecer as diferenças de condição feminina sobredeterminadas pela raça e pela classe social.

A discussão sobre as teorias feministas são de extrema relevância na academia, além de contribuir para uma análise no papel da feminização do magistério. Entretanto, aqui, neste trabalho, não iremos nos alongar, já que a temática é a Educação Sexual. Mas vale ressaltar que um dos pilares para que ela fosse posta no currículo escolar veio dos discursos feministas.

A educação sexual passa a ser considerada como direito de todo indivíduo e constituinte na sua formação, já que, “a sexualidade pode ser compreendida como um processo

construído ao longo do desenvolvimento dos sujeitos, influenciado por aprendizagens e experiências sociais e culturais” (Louro, apud Furlanetto, 2018, p.550), sendo considerada como instâncias que marcam a vida dos indivíduos, porque diz respeito ao caráter individual e ao que se refere ao coletivo, que é a maneira como podemos construir nossos valores sexuais, nossa individualidade, nossas emoções, interferindo diretamente na educação, e aqui, propriamente na escola, pois cada criança carrega esses valores que foram transmitidos pela família e pelo grupo social que foi inserida. Assim a educação sexual nas escolas deve possibilitar uma reflexão acerca desses valores, de maneira a orientar como direito de todo indivíduo, como contribui Figueiró (2009, p.15):

[...] a Educação Sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude do educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo, o direito a vivenciar o prazer.

Essas subjetividades que carregamos podem interferir nas tessituras do currículo escolar. Assim, o currículo é um documento oficial que orienta a educação, baseado em políticas públicas educacionais. Ele estabelece a prática docente visando a explicar o contexto que fazemos parte na sociedade. Para Moreira e Silva (2011), e aqui falando mais propriamente do currículo crítico, o currículo não é neutro de intencionalidade política, como apontam os autores:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendental e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (Moreira e Silva, 2011, p.14).

Um documento que abriu possibilidade para discutir a educação sexual nas escolas foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), criados entre 1997 a 1998, que estabeleceram um currículo mínimo de conteúdos a serem trabalhados na educação básica. Os PCNs possuem um caderno em caráter transversal, cuja temática, Orientação Sexual, perpassa a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, apresentando alterações nos conteúdos a serem trabalhados nos respectivos anos de ensino. A transversalidade presente no caderno Orientação Sexual deve ser inserida nas diversas áreas do conhecimento, podendo ser abordada nas aulas de Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira.

Esse caderno é dividido em duas partes, a primeira parte justifica a importância do tema, a postura que o profissional deve ter, as referências para melhor atuação e as capacidades a serem desenvolvidas pelos alunos do ensino fundamental nas escolas, diferenciando da educação sexual que acontece nos lares. A segunda parte trata dos

conteúdos, critérios de avaliação e didática geral, sendo que no ensino fundamental esse documento traz uma abordagem de informação e formação diferente do que acontece para os outros segmentos, mas que ainda pretende discorrer sobre o desenvolvimento referente ao seu momento e as situações que o ambiente coloca. Entendemos dessa forma, que o documento fala das diferentes faixas etárias das crianças, do ambiente escolar, do meio que estão inseridos e a maneira que pode propiciar o envolvimento com a temática.

Os blocos de conteúdos abordados nos PCN's são: *Corpo - matriz e sexualidade, Relações de Gênero e Prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's)*. Assim, os conteúdos são flexíveis e passam a depender da abordagem do professor e da escolha dos alunos, como informa o próprio texto:

A definição dos três blocos de conteúdo da presente proposta de Orientação Sexual responde à necessidade de eleger tópicos que devem ser necessariamente trabalhados e relacionados aos eleitos pelos alunos e sempre devem estar presentes em qualquer programa de Orientação Sexual, de forma a garantir informações e discussões básicas sobre sexualidade. Esses conteúdos devem possibilitar a abordagem dos diferentes assuntos, que variam de acordo com a faixa etária, cultura regional e fatos contemporâneos veiculados pela mídia ou vividos por uma dada comunidade. O desafio que se coloca é o de dar visibilidade a esses aspectos, considerados fundamentais. (PCN, 1997, p.96).

No bloco *Corpo: matriz e sexualidade* encontramos como podem ser trabalhados os conteúdos. É perceptível que esse bloco pretende mostrar como se dá o desenvolvimento do corpo, diferenciando através do gênero binário, feminino e masculino. O que ainda precisa ser revisto porque sabemos que esse binarismo é construção social. Há, entretanto, uma atribuição importante no respeito ao próprio corpo e do próximo. Porém, esse respeito não tem maiores desdobramentos, como por exemplo: quem pode ou não tocar, quando tocar, cabendo assim ser desenvolvido pelo professor:

As transformações do corpo do homem e da mulher nas diferentes fases da vida, mecanismos de concepção, gravidez, parto e métodos contraceptivos, mudanças decorrentes da puberdade, o respeito ao próprio corpo e do outro, autoestima, respeito aos colegas que possuem desenvolvimento físico e emocional diferentes e tranquilidade com relação a sexualidade. (PCN, 1997, p.98).

No bloco *Relações de Gênero* são sugeridos alguns conteúdos a serem trabalhados. Esse bloco poderia trazer mais reflexões para as questões de gênero e o respeito a diferença. O foco parece remeter apenas para o conceito do masculino e feminino, sinalizando para uma normalização da sexualidade do ponto de vista biológico. Destacamos ainda a parte que fala “em função da época e local que viviam”, mostrando a diferença entre os sexos na sociedade, ou seja, nos privilégios que os homens possuem em detrimento das mulheres.

A diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e local que viviam, relatividade de concepções associadas ao masculino e feminino, o respeito pelo outro sexo e respeito as manifestações das mais variadas expressões de masculino e feminino. (PCN, 1997, p.100).

Por último, no bloco *Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS*, os conteúdos a serem trabalhados parecem ser mais uma capacitação para os alunos aprenderem aquilo que pode ou não ser feito. Tem um “tom” mais informativo/prescritivo que reflexivo:

Conhecimento da existência das doenças sexualmente transmissíveis, formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS, formas de contato que propiciam contágio e as que não envolvem riscos, recolher, analisar e comparar diversos matérias e tipos textuais sobre a AIDS, conhecimento e procedimentos em acidentes que possibilitem o contato sanguíneo, repúdio às discriminações e preconceito as pessoas portadoras do vírus HIV e o respeito e solidariedade a pessoas contaminadas e portadoras do vírus HIV. (PCN, 1997, p101).

Conforme detalhado, os PCN’s permitiram uma abertura para estimular a reflexão da orientação sexual nas escolas, através de temas geradores e conteúdos propostos. Entretanto, como a temática não é obrigatória, o desenvolvimento pode acontecer devido os interesses dos alunos, dos conteúdos trabalhos em outras disciplinas de maneira interdisciplinar, do compromisso do professor em desenvolver em suas aulas e da aceitação por parte dos responsáveis.

4- Quando o outro invade o meu espaço.

Respondendo à pergunta que suleia este trabalho, consideramos que a educação sexual seja importante para as crianças conhecerem as partes do seu corpo, aprenderem sobre o desenvolvimento e funcionamento dos órgãos reprodutores, como prevenir para as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce e que saibam onde o outro não pode encostar, tocar, manipular.

Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa a expressão abuso sexual de menores é caracterizado pela “exploração do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes, efetivada através da força ou de outro meio de coerção, que um adulto usa para envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais impróprias”. Já para violação, no que diz respeito ao crime jurídico “consiste em obrigar alguém a ter relações sexuais, geralmente através do uso da força; estupro”. Outras definições conversam com a temática, como por exemplo: abuso sexual com ou sem contato físico, assédio sexual, abuso sexual verbal e exibicionismo.

Independente da definição do que seja abuso sexual, pode-se entender que a dinâmica acontece através de um jogo de manipulação, onde o adulto assume a posição de abusador(a)/manipulador(a) e a criança de vítima/manipulada. Qualquer que seja a dinâmica desse “jogo”, fato é que ele causa traumas que podem deixar marcas, muitas vezes incuráveis, ao longo da vida dessa criança.

Dessa forma, para tornar mais compreensiva a importância da educação sexual nas escolas e nos lares, e os impactos que um abuso pode causar na vida de uma criança, trago uma narrativa pessoal e íntima, acerca do abuso sexual sofrido na infância:

“Não lembro a idade com precisão, talvez entre 8 e 10 anos. Estava acontecendo uma Festa Junina no bairro próximo. Minha irmã resolveu ir com seus amigos. Insisti para que minha mãe autorizasse a minha ida, e ela, que não confiava muito nos cuidados da minha irmã, só autorizou quando soube que o filho da vizinha iria, um vizinho adulto, por volta dos seus 25 anos. Em um determinado momento da festa percebi que estava sozinha com esse adulto. Ele queria dançar comigo, me puxava, alisava meus cabelos, me abraçava por trás. Perguntei pela minha irmã e ele se ofereceu para me levar até ela. Andamos pelas ruas escuras e

desertas de um bairro que estava sendo construído. Eu brincava de me equilibrar no meio-fio das calçadas. Ele me puxou. Me agarrou. Me beijou a força. Passou a mão por todo o meu corpo, pressionava seu órgão genital contra mim, passou a mão nas minhas partes íntimas. Eu não sabia o que estava acontecendo. Não sei como, mas consegui sair daquele ataque. Gritei, correndo e chorando, ele atrás de mim dizendo que minha mãe iria me bater. Encontrei a minha irmã e voltamos para casa. Os adultos naquela época falavam que meu corpo era desenvolvido demais para minha idade. O meu corpo com mais formas deve ter sido o motivo. Eu só descobri que fui vítima de abuso aos 31 anos quando comecei a fazer terapia”.

No relato acima alguns pontos podem ser destacados e que talvez não sejam inéditos para quem está acompanhando o desenvolvimento deste trabalho, mas que, de certa forma é uma tentativa de dizer que pode existir uma coincidência ou um *modus operandi* desses abusadores. *“Estava acontecendo uma Festa Junina no bairro próximo. Minha irmã resolveu ir com seus amigos, insisti para que minha mãe autorizasse a minha ida, e ela que não confiava muito nos cuidados da minha irmã, só autorizou quando o soube que o filho da vizinha iria, um vizinho adulto, por volta dos seus 25 anos”*. Geralmente quando tomamos conhecimento desses casos o/a abusador/a é uma pessoa que tem uma certa proximidade com a vítima e que também possui a confiança de seus responsáveis. O vínculo nesses casos é um fator que o abusador pode se aproveitar e usar dessa confiança, já pré-estabelecida, com os responsáveis e com a vítima. É pertinente também ressaltar que pode acontecer uma manipulação verbal, fazendo a criança acreditar que será desacreditada e possivelmente punida caso comente o ocorrido com seus responsáveis.

Ainda no desdobramento da narrativa queremos destacar um trecho que pode ser considerado como “gatilho” para as vítimas de abuso sexual. Ele diz respeito ao corpo e conseqüentemente ao seu desenvolvimento. *“Os adultos naquela época falavam que meu corpo era desenvolvido demais para minha idade. O meu corpo com mais formas deve ter sido o motivo”*. Apesar de não ser o motivo para o abuso, muitas vítimas buscam respostas em si próprias, quando na verdade a culpa e o motivo não pertencem a elas, e sim ao abusador.

O corpo mais desenvolvido das crianças não são e nem podem ser considerados o motivo para tamanha violência. Esses corpos infantis são expropriados da infância, numa tentativa de adultizar essas crianças que desenvolvem seus corpos mais rápidos, comparando com outras da mesma faixa etária. Entendemos por adultização um processo que tenta antecipar a infância.

A escola integra a rede de apoio e proteção à infância e adolescência, conforme elucida o Instituto Unibanco (2020) “a escola é uma importante referência para as crianças e muito comumente são as escolas que fazem as notificações de violência contra crianças e adolescentes”.

A grande questão, ainda com relação ao abuso relatado neste texto, é de que maneira nós professores podemos ajudar as crianças que estão em casa devido o isolamento social? A dinâmica escolar foi alterada, antes com os alunos presentes em sala de aula, poderiam ser mais perceptíveis as agressões sofridas; já a distância, essas violações ficaram mascaradas, o que para D’Amaral:

Ninguém mais vem a nossa porta, não saímos à rua sem escondermos o rosto através de máscaras... Os que cruzam conosco precisam manter dois metros de

distância. Chama-se distância social, e é triste. Metaforiza outros distanciamentos, os invisíveis, os dos invisíveis, no então tão próximos. (D’Amaral, 2020, p.1)

As mazelas “a sul da quarentena”, conforme acrescenta Boaventura dos Santos (2020, p.15,), estavam mais evidente para alguns grupos sociais. Fiquem em casa! Esse era o discurso que ouvíamos, prontamente substituído por “se puder, fique em casa”. Quem poderia ficar em casa? Mesmo diante de uma pandemia a cidade precisava acordar, a população precisava expor um grupo social em detrimento do conforto de outro. Será mesmo que era necessário? Acreditamos que não. Boaventura dos Santos (2020) expõe os grupos que já sofriam e sofreram ainda mais na quarentena, entre eles “as mulheres” (p.15, 2020), incluindo aqui as crianças, já que muitas delas ficaram sozinhas em casa. Recai sobre a mulher o peso de prover uma família, contar com a ajuda de terceiros para cuidar das crianças, conciliar o trabalho, as tarefas domésticas e acompanhar a rotina escolar dos filhos.

A rotina foi alterada para todos. Máscara. Álcool gel. Distanciamento social. Ensino remoto. Está tudo bem? Precisa de ajuda? Estão conseguindo acompanhar as aulas propostas? Perguntas recorrentes que fazíamos a nós, aos outros e a eles: os alunos. Essas indagações são inevitáveis, conforme acrescenta Nóvoa e Alvim:

De modo caótico, dramático, a Covid-19 tornou inevitáveis essas perguntas, ao eliminar, em poucos dias, as fronteiras escolares erguidas nos dois últimos séculos... Por agora, prevalecem as ilusões, ilustradas, sobretudo pela possibilidade de a escola ser substituída pela “casa” e pelas tecnologias. (2021, p.6).

Através das redes sociais, surge uma imagem que foi intitulada como “semáforo do corpo”, de acordo com a figura 1. De certa maneira acreditamos que esta imagem pode contribuir de forma lúdica para explicar para as crianças quais são os lugares nos seus corpos que são permitidos o toque e quais são os lugares proibidos ao toque.

O “semáforo do corpo” é uma tentativa do ensino remoto, que alguns professores utilizaram para abordar esse tema com as crianças e seus responsáveis, após a vinculação da reportagem abordada no início deste trabalho. Os pontos coloridos em verde mostram os lugares que pessoas próximas podem tocar; os pontos coloridos em amarelo dizem sobre os lugares que devemos ter atenção; e os pontos vermelhos dizem respeito aos lugares que são proibidos de tocar, exceto pelos responsáveis e somente em caso de auxílio na higiene.

Figura 1: Descrição da imagem.



Semáforo do corpo.

Fonte: <https://jpnewsjoinville.com.br/semaforo-do-toque-na-educacao-sexual-saiba-como-aplicar-a-atividade-em-casa>

Acreditamos que, independente da proximidade de um conhecido com a criança, o toque, o carinho ou afeto só deve ser feito com a autorização dos pais e da criança. Qualquer tentativa de toque ou manipulação, seja qual for o lugar, deve ser consentido pela criança.

Dessa forma, a educação sexual é importante nas escolas, pois pode possibilitar uma reflexão junto aos docentes e toda comunidade escolar. A partir das reflexões de Nóvoa e Alvim (2021), a respeito dos termos *denunciar* e *anunciar* de Paulo Freire, concordamos com os autores na inclusão de um terceiro termo: *enunciar*. Assim, este trabalho enuncia que ensinar educação sexual nas escolas é imperativo:

É esta a razão do nosso texto. Pensar sem ceder ao imediatismo. Só conseguiremos enunciar outras possibilidades se nos libertarmos da tirania do presente. Então, poderemos cumprir a nossa responsabilidade perante a humanidade futura. (Nóvoa e Alvim, 2021, p. 3).

A escola é relevante na rede de apoio e na possível identificação dos casos de abuso sexual infantil, já que é através da observação e contato com as crianças que podemos identificar mudanças no comportamento e, dessa maneira, fazer os encaminhamentos necessários. Conforme elucida Ristum (2014, p.3):

Atesta-se, assim, o grande potencial da escola para identificar e intervir nos casos de violência doméstica, pois, através da convivência diária com a criança e acesso à família, os professores, muitas vezes, são os primeiros a identificar os indícios físicos, emocionais e comportamentais da violência doméstica; são também, em muitos casos, os primeiros adultos a quem a criança solicita ajuda, relatando os maus tratos sofridos.

Entretanto, com as crianças em casa, devido ao distanciamento social, é possível realizar um trabalho que conscientize tanto as crianças quanto os responsáveis. No contexto da pandemia é preciso dizer que a escola, enquanto instituição, pode desenvolver projetos que visem à garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, conscientizando e divulgando canais para denunciar e acolher possíveis vítimas de abuso sexual infantil.

5- Considerações Finais

Finalizamos este artigo nos indagando se em tempos de pandemia e isolamento social, com os professores em trabalho remoto, podemos contribuir com as vítimas de abuso sexual infantil. Acreditamos que a temática pode ser incluída nas abordagens com os alunos, síncrona ou assíncrona, seja ela através de vídeos, de histórias, de atividades lúdicas e até mesmo com o contato mais próximo como ligações telefônicas e mensagens de texto.

A escola tem um potencial articulador, para possivelmente identificar casos de violência e abuso sexual infantil, pois é através do contato diário, mesmo que remotamente, que fortalecemos vínculos importantes de confiança e que em muitos casos as crianças podem solicitar ajuda. Ainda assim temos consciência que nem todos os alunos serão alcançados, já que o isolamento social também deixou mais evidente as desigualdades e mazelas sociais da população brasileira.

Consideramos ainda as dificuldades nos dados informados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no que prevalece os indicativos sobre as denúncias de abuso sexual infantil.

Não acreditamos que a escola, enquanto espaço físico, seja a protetora exclusivamente dos abusos sexuais; acreditamos, sim, que as aulas com temática, debate e informações sobre os cuidados com os corpos podem contribuir para diminuir os altos números de abusos sexuais.

A educação sexual nas escolas passa por uma série de questionamentos, que diz muito sobre o mito de “ensinar a fazer sexo”. Vale ressaltar que a educação sexual não é ensinar tal prática. Ela diz mais sobre as orientações que devemos instruir nossas crianças sobre os cuidados com o seu corpo e o corpo do outro.

Assim, a educação sexual nas escolas pode gerar ações educativas, garantindo o direito à vida de todos os seres humanos. Encontramos desafios no que diz respeito à disponibilidade dos professores em abordar a temática orientação Sexual, em caráter transversal do PCN’s, e ainda quando trabalhado, não podemos afirmar que casos de abusos sexual infantil serão denunciados. Os desafios continuam sendo muitos.

Referências bibliográficas

Aurélio. *Dicionário fácil online da língua portuguesa*. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/>. Acessado em: 10/02/2021

Benjamin, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros*

Curriculares Nacionais. Orientação Sexual. Volume 10.2. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf/>. Acesso em 21 set. 2020.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças*. 18 de Maio de 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acessado em: 02/09/2020.

_____. Ministério da Saúde. FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19. *Cartilha: Violência Doméstica e Familiar na COVID-19*. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41121/2/Sa%c3%bade-Mental-e->

- Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-viol%3%aancia-dom%3%a9stica-e-familiar-na-Covid-19.pdf. Acessado em: 22/12/21.
- D’Amaral, M. T. *Sobre a Pandemia: primeiro ensaio sobre a quarentena*. Ensaio, Academia.edu, jul. 2020. Disponível em:
http://historiafilosofiareligiao.com/hfr/uploads/file/sobre-a-pandemia_amaral-marcio-23-07-2020.pdf. Acessado em: 06/02/2022.
- Ferraço, C. E., Alves, N. *As pesquisas com os cotidianos das escolas: pistas para se pensar a potência das imagens narrativas na invenção dos currículos e da formação*. Espaço Currículo, v.8, n.3, p. 306-316, Set/Dez. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n3.306316/14761>. Acessado em: 20/03/2021.
- Ferraço, C. E.; Carvalho, J. M. *Currículo, cotidiano e conversações*. Revista e-curriculum, São Paulo, v.8, n.2, Ago. de 2012. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/10985/8105>. Acessado em: 18/03/2021.
- Figueiró, M. N. D. *Educação sexual: como ensinar no espaço da escola*. Revista Linhas, [S. l.], v. 7, n. 1, 2007. Disponível em:
<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acesso em: 11/11/2020.
- Furlanetto, M. Fontana et al. *Educação Sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura*. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 168, p. 550-571, Abr./Jun. de 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf>. Acessado em: 01/09/2020.
- Gonçalves, R. M. *Autonomia e políticas práticas de currículos: uma equação entre raízes e opções*. Educação e Realidade, v.44, n. 3, 2019, Porto Alegre. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n3/2175-6236-edreal-44-03-e84870.pdf>. Acessado em: 26/11/2020.
- Menina de 10 anos engravida após ser estuprada*. Jornal Nacional. Disponível em:
<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/15/menina-de-dez-anos-engravida-apos-ser-estuprada-no-espírito-santo.ghtml>. Acessado em 01/09/2020.
- Herdy, T. *Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora*. O Globo. 20 de Março de 2020. Disponível em:
<http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>. Acessado em 25/08/2020.
- Hooks, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- Instituto Unibanco. *Escola desempenha papel importante na rede de proteção a crianças e adolescentes*. Disponível em:
<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/escola-desempenha-papel-importante-na-rede-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes/>. Acessado em: 03/01/2021
- Morais, J. de Fátima dos Santos; Baião, J. C.; De Freitas, C. J. *Questões de gênero e sexualidade na escola: narrativas docentes*. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 13, n. 32, p. 1-15, 2020. Disponível em:
<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/11565/10323>. Acesso em: 10/09/2021.
- Moreira, A. F.; Silva, T. T. *Currículo, cultura e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



- Nóvoa, A.; Alvim, Y. C. *Os professores depois da pandemia*. Revista Dossiê Democracia, escola e mudança digital: desafios da contemporaneidade, Campinas, v.42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtLKTS75PB/>. Acessado em: 05/02/2022.
- Ristum, M. *As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental*. Revista Brasileira de Psicologia, v. 1, n. 1. p. 3-12, 2014. Disponível em: https://crm.aprofem.com.br/Arquivos/AnexosModulos/Original/0140003400003002_0.pdf. Acessado em: 03/01/2022.
- Santos, Boaventura dos. *A cruel pedagogia dos vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.
- Silva, V. R. da; Martins, F. Bozza. *Denúncias de violência sexual infantil no disque 100 caem em 2020, mas pandemia pode impactar na subnotificação dos casos*. Gênero e Número. 21 de Maio de 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/violencia-sexual-infantil/>. Acessado em: 02/01/22
- Schucman, L. Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.
- Semáforo do toque na educação sexual saiba como aplicar a atividade em casa*. JP News Joinville. Disponível em: <https://jpnewsjoinville.com.br/semaforo-do-toque-na-educacao-sexual-saiba-como-aplicar-a-atividade-em-casa>. Acessado em 30/10/2020

Notas

¹ Profesor de la Secretaría municipal de la ciudad de Rio de Janeiro - SME / RJ y máster en el programa de posgrado en educación básica por Fernando Rodrigues da Silveira cap - instituto de la universidad del estado de rio de janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-4928-0053> gabriella.ddias@rioeduca.net

² Professora Doutora em Letras. Professora Associada do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2885-5628> jonebaiao@gmail.com